# A formação do Grupo Votorantim: as origens de um grupo econômico brasileiro no setor têxtil de São Paulo (1891-1924)<sup>1</sup>

Gustavo Pereira da Silva<sup>2</sup> Armando Dalla Costa<sup>3</sup>

**RESUMO:** As origens dos maiores grupos econômicos brasileiros permanecem como lacunas na historiografia econômica. A Votorantim, oitavo maior grupo brasileiro em 2007, teve origem em 1891, quando o banco União de São Paulo criou na cidade de Sorocaba (SP) a Fábrica Têxtil Votorantim. Analisando fontes primárias (escritura, balanços patrimoniais, demonstrações de lucros e perdas, relatórios de diretoria), vemos que a Fábrica Votorantim estava entre as maiores têxteis algodoeiras paulistas em 1918, quando o Banco União faliu e seu espólio foi adquirido por Antonio Pereira Ignácio. Em 1919, Pereira Ignácio formaria o Grupo Votorantim (Sociedade Anônima Fábrica Votorantim), com atuação no setor têxtil, exploração de cal, cimento, imobiliário, além da ferrovia particular. As empresas do Grupo, após uma modernização no início dos anos 1920, aumentariam sua produtividade, destacandose a Fábrica Votorantim, que se tornou a maior firma têxtil algodoeira de São Paulo em 1925.

Palavras-Chaves: Votorantim; Banco União; Pereira Ignácio, têxtil.

## The formation of the Votorantim Group: the origins of a Brazilian business group in the São Paulo's textile sector (1891-1924)

**ABSTRACT**: The origins of the largest Brazilian business groups remain as a gap in economic historiography. Votorantim, Brazil's eighth largest group in 2007, was created in 1891, when Union Bank of São Paulo created in the city of Sorocaba (SP) to Votorantim Textile Factory. Analyzing primary sources (scripture, balance sheets, profit and loss statements, management reports), we see that Votorantim Factory was among the São Paulo's largest cotton textile companies in 1918, when bank União went bankrupt and his assets were purchased by Antonio Pereira Ignacio. In 1919, Pereira Ignacio formed the Votorantim Group (S. A. Votorantim Factory), acting in the textile sector, lime exploration, cement, real estate, as well as private railway. Group companies, after a modernization in the early 1920s, increase your productivity, especially Votorantim factory, which has become the largest cotton textile firm in São Paulo in 1925.

**KEYWORDS**: Votorantim; Bank União; Pereira Ignacio, textile.

CLASSIFICAÇÃO JEL: L67, N66, N86.

### INTRODUÇÃO

O crescimento industrial brasileiro durante a Primeira República (1889-1930), processo induzido pela rentabilidade e oportunidades geradas pelo café, foi marcado pelo predomínio de uma indústria de bens de consumo assalariado, com destaque para o setor têxtil<sup>4</sup>. Em 1907, este setor representava 24,6% do valor da produção industrial brasileira, secundado pelos alimentos processados com 19,1%, sendo que o Estado do

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A pesquisa é resultado do projeto *S.A. Indústrias Votorantim (1925-1980): formação e expansão de um grupo econômico no desenvolvimento industrial do Brasil* pertencente à Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES n. 43/2013. Agradecemos ao Centro de Memória do Grupo Votorantim, situado na cidade de São Paulo, pelo acesso à boa parte dos documentos utilizados no trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Professor Adjunto no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná da Universidade Federal do Paraná. Email: gustavopereira@ufpr.br

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Professor Associado no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. Email: ajdcosta@uol.com.br

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> (Mello, 2009; Cano, 1981; Aureliano, 1999; Silva, 1995).

Rio de Janeiro abrigava 38% da produção manufatureira nacional, enquanto São Paulo tinha 16% (Franco e Lago, 2012, p. 201).

Naquele momento, a indústria têxtil brasileira era a de maior capacidade instalada na América Latina, visto que em 1910, havia 137 fábricas que contavam com 35 mil teares, 1 milhão de fusos e 55 mil operários, ao passo que, as 145 fábricas têxteis mexicanas tinham 24.436 teares, 730.297 fusos e 32.147 trabalhadores – na Argentina havia 1.200 teares e 9 mil fusos no ano de 1911 (Stein, 1979, p. 191; King, 2003, p. 256-258; Rock, 2008, p. 547; Bértola e Ocampo, 2012, p. 128-129)<sup>5</sup>.

Nos anos 1920, ocorreria uma mudança geográfica na concentração industrial brasileira, com a ascensão das fábricas do Estado de São Paulo, de onde vinham agora 31,5% do valor da produção industrial brasileira, secundadas pelas fábricas do Rio de Janeiro com 28,2% do total (Cano, 1981, p. 296)<sup>6</sup>. Dos ramos que compunham o setor têxtil paulista – fiação e tecelagem de *algodão*, fiação e tecelagem de *juta*, fábricas de *seda natural* e *artificial* (rayon), as *malharias* e as fábricas de *lã* – o ramo algodoeiro era o principal, pois, no ano de 1928, enquanto suas fábricas representavam 31,5% das unidades do setor, ao mesmo tempo, nelas estavam 64,5% do capital, 60,6% dos trabalhadores e 74,6% da força motriz, elementos que reunidos permitiam ao ramo algodoeiro alcançar 43,4% da produção do setor (Negri, 1996, p. 37; Baer, 2002, p. 60; Loureiro, 2006, p. 34).

O setor têxtil paulista caracterizava-se nas décadas iniciais do século XX pela existência de grandes empresas, algumas delas com investimentos diversificados e que competiam em um mercado em expansão (Aureliano, 1999, p. 31-33)<sup>7</sup>. Uma das

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A comparação da indústria têxtil brasileira com a mexicana é plausível se considerarmos que nestes dois países, nas décadas de 1910 e 1920, o setor têxtil representava em torno de 25% do valor da produção industrial, enquanto na Argentina, os têxteis eram apenas 1,7%. Todavia, apesar de se tratar das duas nações mais industrializadas da América Latina, devemos pontuar que o Brasil, com aproximadamente 23 milhões de habitantes em 1910, tinha um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente a 67% do PIB mexicano – no México a população era de 15 milhões no ano de 1910 – sendo que, a nível per capita, o PIB brasileiro alcançava apenas 43% do PIB per capita mexicano (Bulmer-Thomas, 2014, p. 145-146; Bértola e Ocampo, 2012, p. 288-293).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Algumas causas para a regressão da indústria do Rio de Janeiro frente à ascensão das fábricas de São Paulo podem ser elencadas: a diminuição da produtividade dos cafezais fluminenses que impactou negativamente o mercado consumidor e o fornecimento de crédito à indústria – na década de 1920, o Rio de Janeiro produzia 5,6% do café exportado pelo Brasil, enquanto São Paulo respondia por 66,5% das exportações cafeeiras –; o fato da expansão industrial de São Paulo ter permitido a diminuição de suas compras de bens industriais de outros Estados; uma taxa média salarial no Rio de Janeiro, então a capital federal, maior que em outros Estados (Cano, 2002, p. 52; Cano, 1981, p. 244-249).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Em 1925, no setor têxtil algodoeiro paulista foram listadas 64 fábricas, sendo que nas 10 maiores empresas – pelo volume do capital investido – estavam 48% do capital empregado neste ramo têxtil, 44%

maiores empresas paulistas de tecidos de algodão na década de 1920 era a Fábrica Votorantim, localizada na cidade de Sorocaba. Criada pelo banco União de São Paulo em 1891, a fábrica têxtil era parte de um complexo industrial composto também pela Estrada de Ferro Votorantim, ferrovia particular que interligava as instalações têxteis – que gerariam o município de Votorantim (SP) – aos trilhos da E. F. Sorocabana; e por uma pequena central hidrelétrica que se valia das terras compradas às margens do rio Sorocaba para o fornecimento de energia aos fusos e teares.

Vários trabalhos abordaram a indústria têxtil de São Paulo, porém, estas análises, na maioria das vezes, não tiveram como foco uma única empresa, principalmente com o intento de explorar suas origens<sup>8</sup>. Especificamente sobre a Votorantim, os trabalhos existentes<sup>9</sup> exibem um duplo viés: de um lado, Caldeira (2007), em uma obra financiada pela empresa, tenta descrever a evolução do Grupo, mas sem contextualizar com o todo da indústria paulista, o que limita as conclusões sobre o peso da Votorantim no setor têxtil de São Paulo. De outra parte, Santos (2008) desenvolve sua análise com uma preocupação maior acerca do processo de internacionalização do Grupo, que foi impulsionado na década de 1980. Dessa forma, permanecem lacunas sobre a formação do Grupo Votorantim, o que se deu no final do século XIX e décadas iniciais do XX. Ademais, há uma escassez de informações sobre a origem dos maiores grupos econômicos nacionais<sup>10</sup>, lista em que o Grupo Votorantim situava-se como o maior

-

dos operários, 38% dos teares e 49% dos fusos (Boletim, abril 1926, p. 63-67). Esta concentração em grandes empresas se devia à: necessidade de escalas mínimas de produção, a compensar lacunas logísticas – como a precária integração do mercado nacional – que demandavam a utilização de vários fusos e teares, implicando na aquisição de muitas máquinas e, principalmente, investimentos na geração de energia para alimentar a produção.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Baer, 1975; Carone, 2001; Cano, 1981; Stein, 1979; Loureiro, 2006; Negri, 1996; Suzigan, 2000; Dean, 1971; Versiani e Versiani, 1977; Versiani, 1984; Ribeiro, 1988; Albuquerque, 1982.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Alguns trabalhos se reportaram às figuras-chaves para o desenvolvimento do Grupo Votorantim, como Scantimburgo, J. *José Ermírio de Moraes: o homem, a obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975; e Pastore, J. *Antonio Ermírio de Moraes: memórias de um diário confidencial*. São Paulo: Planeta, 2013.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Os *grupos econômicos*, conceituação teórica utilizada na descrição das grandes empresas de países emergentes (China, América Latina, Coréia, Turquia) – surgidas principalmente no início do século XX – são descritos como uniões de firmas que podem ser juridicamente independentes, mas que atuam de maneira conjunta através de laços formais – como o patrimônio – e/ou informais, como família. Estas associações de empresas visavam diminuir custos de transação (transporte, acesso ao crédito) em economias nacionais ainda em formação. No caso do Brasil, geralmente os maiores grupos econômicos, muitos surgidos na primeira metade do século XX, tratam-se de grupos que atuam em, ao menos, três setores econômicos diferentes, como se dará no caso do Grupo Votorantim na década de 1920 (Granovetter, 2005, p. 429; Khanna e Yafhe, 2007, p. 331; Colpan e Hikino, 2010, p. 17; Gonçalves; 1991, p. 181; Aldrighi e Postali, 2010, p. 371).

conglomerado industrial de origem privada/familiar no ano de 2007 (Aldrighi e Postali, 2010, p. 355-356)<sup>11</sup>.

Posto isso, o artigo tem como objetivo analisar a formação do Grupo Votorantim entre 1891 a 1925, tendo como foco a atuação da Fábrica Votorantim no setor têxtil algodoeiro do Estado de São Paulo. De início, o trabalho aborda o banco União de São Paulo e como ele criou a Fábrica Têxtil Votorantim em Sorocaba-SP no ano de 1891. Então, analisamos a participação da Fábrica Votorantim no setor têxtil paulista entre 1910-1916, até a falência do banco União em janeiro de 1918, quando seus bens foram arrematados em leilão por Antonio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa para a formação da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim (SAFV). Esta era a razão social da fábrica têxtil (Fábrica Votorantim) e de investimentos paralelos (Caieiras de Itupararanga, Estrada de Ferro Votorantim e Fábrica de Cimento Rodovalho, além de terrenos em São Paulo e no Paraná) que compunham o Grupo Votorantim, liderado por Antonio Pereira Ignácio na primeira metade década de 1920, período em que a nossa análise demonstra que as unidades do grupo receberam novos investimentos que permitiram à Fábrica Votorantim tornar-se a maior firma têxtil algodoeira do Estado de São Paulo em 1925.

Para tanto, utilizamos a escritura de formação da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim em janeiro de 1918, bem como suas demonstrações contábeis (Balanços Gerais e Demonstrações de Lucros e Perdas) e os Relatórios de Diretoria, recobrindo o período 1891-1925. Ademais, a análise está apoiada nos levantamentos sobre a indústria paulista no início do século XX (Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo).

#### 1. O banco União de São Paulo e a formação da Fábrica Têxtil Votorantim (1891)

Em 1892, o Estado de São Paulo contabilizava 24 bancos, que juntos tinham ativos que ultrapassavam o valor de 401 mil contos de réis<sup>12</sup>. O maior destes bancos era

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Os dez maiores grupos econômicos do Brasil em 2007 eram, em ordem crescente de receita bruta (em parênteses o ano de fundação): Fiat (1899), Gerdau (1909), Votorantim (1892), Ambev (1999), Telefônica (1924), Banco do Brasil (1808), Itaú (1945), Vale (1942), Bradesco (1943) e Petrobras (1953) (Aldrighi e Postali, 2010, p. 355-356). Há trabalhos que traçam um histórico dos grupos econômicos brasileiros, mas que não empreenderam análises específicas ao período da primeira metade do século XX, caso de Bonelli (1998) e Gonçalves (1999).

A formação de bancos, e também indústrias, no início da República foi impulsionada pelos decretos nº 164 e 165, de 17 de janeiro de 1890, que estimularam as sociedades anônimas com a possibilidade de

o União de São Paulo, banco universal<sup>13</sup> cujo ativo de 112 mil réis representava aproximadamente 28% do total dos ativos das casas bancárias paulistas em 1892 (Hanley, 2005, p. 155).

O União de São Paulo foi criado em 31 de janeiro de 1890 por Antonio de Lacerda Franco (presidente do banco)<sup>14</sup> e João Baptista de Mello Oliveira<sup>15</sup>, membros do grande capital cafeeiro que tinham diversos investimentos na economia paulista, além de importante participação no Partido Republicano Paulista (PRP), assim como seria visto com os demais membros da primeira diretoria do banco<sup>16</sup>. O que diferenciava a atuação do Banco União frente aos seus congêneres, além do privilégio de emissão de moeda que durou entre 1890-1893, era sua carteira de investimentos industriais, que absorvia boa parte de seus ativos (Hanley, 2005, p. 151).

O principal empreendimento industrial do banco se deu no setor têxtil. Em 1890, o União de São Paulo adquiriu a fazenda São Francisco, cujas terras ficavam na cidade paulista de Sorocaba e que continham uma cachoeira conhecida pelos indígenas como Boturantim, origem da futura cidade de Votorantim<sup>17</sup>. Esta queda d'água foi fundamental para viabilizar o fornecimento de energia, pois foram construídas barragens na corredeira do Rio Sorocaba que formaram uma pequena usina hidrelétrica que, a partir de 1892, passou a alimentar a Fábrica de Chitas Votorantim, criada em

negociar suas ações apenas com a integralização de 10% do capital subscrito pelos incorporadores

<sup>(</sup>Tannuri, 1981, p.65). 

13 Sua natureza de banco universal lhe permita realizar: atividades de crédito comercial, como a provisão de empréstimos de curto prazo, descontos e câmbio; atividades de crédito agrícola e hipotecário, como a concessão de financiamentos de longo prazo, garantidos por propriedades imobiliárias rurais ou urbanas, e adiantamentos contra colheitas futuras; crédito industrial para a construção de prédios, ferrovias, docas, melhorias portuárias, comunicações e atividades administrativas, como a propriedade e a operação de interesses industriais (Marcondes e Hanley, 2010, p. 112-113).

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Antonio de Lacerda Franco, filho de Bento de Lacerda Guimarães (Barão de Araras), foi gerente da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., e senador estadual em 1892, chegando ao senado federal no período entre 1924 e 1930; foi também membro da comissão executiva do PRP entre 1901-1906 e 1914-1927 (Silva, 2011).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> João Baptista de Mello Oliveira era importante cafeicultor na região de Rio Claro-SP e foi um dos fundadores do PRP e senador estadual entre 1892-1903 (Silva, 2011, p. 232).

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Joaquim Lopes Chaves (senador estadual em 1894 e 1901 e cunhado de Américo Brasiliense, que foi o primeiro presidente do Estado de São Paulo); Antonio Paes de Barros (senador estadual em 1903, filho do Barão de Piracicaba e sobrinho do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); Bento Quirino dos Santos (vereador por São Paulo e presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); João Tobias de Aguiar e Castro (senador estadual em 1892, filho da Marquesa de Santos e do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); e Vitoriano Gonçalves Camilo (Silva, 2011, p. 232).

A região de Sorocaba, com seu solo arenoso, era propícia ao plantio do algodão, haja vista que, entre 1903-1905, 80% da produção de algodão paulista vinha daquela região (Carone, 2001, p. 95).

julho de 1891, unidade têxtil nas terras da fazenda que tingia e estampava tecidos de algodão importados – a chita – sobretudo da Inglaterra (Silva, 2011, p. 233)<sup>18</sup>.

A chegada da matéria-prima e o escoamento da produção foram resolvidos em janeiro de 1893, quando foi inaugurada a Estrada de Ferro Votorantim, que com seus oito quilômetros de extensão interligava a fábrica à cidade de Sorocaba, onde passavam os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (Efev, p.1)<sup>19</sup>.

Constituída como uma sociedade em comandita cujo capital era de 1.000 contos de réis (equivalente a 42.058 libras esterlinas)<sup>20</sup>, a Fábrica Votorantim, entre 1894-1896, tinha como sócios comanditários (cuja participação no capital da firma e nos dividendos está entre parênteses): João Baptista de Mello Oliveira (10%), Carlos Teixeira de Carvalho (10%), Antonio Paes de Barros (5%), Joaquim Franco de Camargo Junior (5%), Barão de Arary (5%), Domingos Corrêa de Moraes (5%) e Manoel Alves Leite Penteado (5%). Por sua vez, o Banco União de São Paulo (55%) era o único sócio solidário, que tinha responsabilidade ilimitada pelos débitos da firma com terceiros (Balanços, 1894-1896).

Tabela 1: Balanços patrimoniais da Fábrica Têxtil Votorantim, 1894-1896

ANOS	1894	1985	1896
ATIVO (em libras esterlinas)	167.644	190.022	226.121
PASSIVO (em libras esterlinas)	120.665	146.337	188.359
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em libras esterlinas)	46.937	43.685	37.762
Dividendos (em libras esterlinas)	3.448	828	14.500
Lucros Suspensos (em libras esterlinas)	1.429	1.407	-
Lucratividade (em %)	10,3	5,1	38
Banco União (em % no Passivo)	100	100	91

Fonte: Balanços, 1894-1896.

Obs: a lucratividade é dada pelo *quociente de rentabilidade do patrimônio líquido* (dividendos + lucros suspensos/patrimônio líquido). Em que pese haver outros indicadores de lucratividade, a escolha se deu em virtude do quociente de rentabilidade do patrimônio líquido ter sido utilizado por Hanley (2005) para mensurar a lucratividade de bancos como o União de São Paulo, o que permite comparar a lucratividade da Fábrica Têxtil Votorantim com a de seu controlador.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Havia uma preferência por situar as plantas industriais próximas aos rios e suas quedas d'água, que permitiam a construção de pequenas usinas hidrelétricas que alimentariam as fábricas. Isto vinha do fato de que a maior parte da produção energética de São Paulo se destinava ao consumo doméstico (Carone, 2001, p. 81-86).

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Inicialmente, a Estrada de Ferro Votorantim contava com 5 locomotivas, 30 vagões de carga, 8 carros de passageiros e 1 carro especial para autoridades, além de 1 carro fúnebre (Efev, p.1).

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Convertemos os valores nominais de mil-réis para libras esterlinas a fim de permitir a comparação dos valores em diferentes anos, com base nas cotações apresentadas em <a href="http://www.ipeadata.gov.br/">http://www.ipeadata.gov.br/</a>.

De acordo com a tabela 1, a casa bancária União de São Paulo era a grande financiadora da Fábrica Têxtil Votorantim, respondendo por 97% dos débitos no *passivo* da firma entre os anos 1894-1896. Sobretudo em seus anos iniciais, quando estavam sendo construídas as instalações em Sorocaba, o banco passou a desembolsar grandes somas para a formação de uma nova unidade fabril – em 1904, a Fábrica Votorantim inauguraria sua seção de Fiação e Tecelagem – que respondia pela totalidade dos gastos do banco na empresa.

De outra parte, o banco União conseguia diversificar suas fontes de rendimento em um setor com boas perspectivas dentro do complexo cafeeiro. Hanley (2005, p. 207) indica que a lucratividade do União de São Paulo entre 1890-1895 teve um valor médio de 4,9% por semestre e, entre 1895-1899, este valor foi de 3,0%. Já a Fábrica Votorantim, conforme a tabela 1, apresentou um lucro quase duas vezes maior nos anos de 1894 e 1895, respectivamente, com 10,3% e 5,1%, cifra que chegou a 38% em 1896, mostrando ser este investimento industrial uma importante fonte de formação e diversificação da riqueza para os acionistas do banco, que veriam a Votorantim se tornar uma das maiores firmas têxteis algodoeiras de São Paulo na década de 1910 (Balanços, 1894-1896).

## 2. A Fábrica Votorantim e sua participação na indústria têxtil paulista até a I Guerra Mundial

Sob os efeitos das políticas contracionistas dos governos brasileiros a partir de 1898, a quantidade de papel-moeda em circulação no Brasil foi drasticamente reduzida entre 1898-1903 – em torno de 13% do estoque – afetando sobremaneira os bancos nacionais, que atravessaram uma crise de grandes proporções em que diversas casas bancárias foram à falência (Fausto, 2006; Franco e Lago, 2012; Delfim Netto, 2009)<sup>21</sup>. Mesmo na condição de um dos maiores bancos paulistas, o União de São Paulo sofreu os impactos da crise. A partir de 1906, a casa abandonou as operações comerciais e se

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Segundo Saes (1986, p. 142) "Até 1906, os níveis monetários de depósitos e empréstimos são inferiores aos de 1899. Sabemos também da liquidação de grande número de bancos nesses anos [...]".

fixou na administração de seu portfólio industrial, principalmente, dos negócios da Fábrica Votorantim<sup>22</sup>.

Na indústria têxtil paulista, sob os efeitos do Plano de Valorização do Café<sup>23</sup> em 1906, o que se viu foi uma nova onda de investimentos a partir de 1907, em uma conjuntura marcada por maior proteção alfandegária, câmbio estabilizado, maior uso da energia elétrica e expansão populacional – principalmente na capital. A importação de máquinas têxteis para o Brasil entre 1907-1910 mais do que dobrou, permitindo às têxteis paulistas dobraram seus níveis de produção entre 1907-1913 (Suzigan, 2000, p. 154; Cano, 1981, p. 129; Stein, 1979, p. 108; Brasil, 1946, p. 54).

Tabela 2: As maiores empresas de tecidos de algodão do Estado de São Paulo em dezembro de 1910, segundo o volume do capital investido

dezembro de 1910, segundo o volume do capital investido						
Nome da firma (Proprietário)	Local	Capital (em libras esterlinas)	Operários	Teares	Fusos	Produção
Cotonifício						Brins, cassinetas, colchas, atoalhados,
Rodolpho Crespi Fábrica Votorantim (Banco União de	São Paulo	405.850	1.305	500	14.000	chalés  Chitas, morins,
São Paulo)  Companhia Industrial de São Paulo	Sorocaba São Paulo	338.208 270.566	600	318	36.000	brins  Tecidos crús, xadrez, riscados
Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga (Nami- Jafet & Irmãos)	São Paulo	270.566	785	444	14.000	Tecidos crús, chitas, brins, lenços
Fábrica de Tecidos São Martinho	Tatuí	250.274	374	325	8.312	tecidos crús, xadrez, cobertores
Total do Ramo Algodoeiro (24 firmas)	•	3.156.202	13.396	8.544	226.808	

Fonte: Boletim, jul. 1912, p. 308-311.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Hanley (2005, p. 144-151 e 207) argumenta que a falência dos bancos universais estava atrelada à sua menor lucratividade frente aos bancos comerciais. A menor lucratividade teria levado os investidores a buscarem os bancos comerciais e também outras formas de investimentos, como ferrovias.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> (Fausto, 2006, p. 237).

Como demonstra a tabela 2, o ramo algodoeiro paulista era concentrado em grandes empresas – Cotonifício Rodolpho Crespi, Tecelagem Ypiranga, Companhia Industrial de São Paulo, Fábrica São Martinho e Votorantim - que, somadas, respondiam por 48% do capital total do ramo, 29% dos operários, 32% dos teares e 37% dos fusos<sup>24</sup>. A Fábrica Votorantim era a segunda maior firma de tecidos de algodão paulista em 1910. A planta industrial na cidade de Sorocaba tinha uma fábrica que ocupava 100 mil metros quadrados e terrenos anexos que atingiam 1 milhão e 800 mil metros quadrados, acrescidos de 1.500 alqueires de terras cultivadas, campos e matas de fazendas que haviam sido adquiridas. Tinha geração energética própria de 2.150 cavalovapor de energia hidrelétrica para manufaturar 150 toneladas de algodão mensalmente. Para escoar a produção de tecidos e também do calcário explorado em suas terras – em torno de 30.000 sacos de cal ao mês – havia a Estrada de Ferro Votorantim, atendida por quatro locomotivas de 14 toneladas, sete carros de passageiros e 44 vagões de carga, sendo que o trem trafegava 20 quilômetros por dia. Ademais, para os funcionários havia: casas para operários com água encanada, esgotos, luz elétrica, cinema, clube, igreja, campo de esportes e de tênis (Carone, 2001, p. 141).

Entretanto, este cenário expansivo do setor têxtil, a exemplo do que ocorreria com a economia nacional, sofreria os efeitos deletérios da I Guerra Mundial (1914-1918), a cambiar o destino do Banco União de São Paulo e da Fábrica Votorantim.

# 3. A I Guerra Mundial, a falência do banco União de São Paulo e a venda da Fábrica Votorantim (1918)

Os anos da I Guerra Mundial, entre 1914-1918, foram por um refluxo do comércio internacional. Para a indústria brasileira, em que boa parte dos setores demandava matérias-primas estrangeiras, as cifras de importação destes insumos caíram 52% frente aos dados de 1911-1913, tendência declinante repetida na importação de

-

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> A oligopolização não era uma característica apenas do setor têxtil algodoeiro paulista nas duas primeiras décadas do século XX. Realçando a concentração a nível nacional, Stein aponta que seis fábricas na capital federal e duas em São Paulo possuíam mais de dois terços dos fusos, pouco menos de um terço dos teares e em torno de um quinto dos operários têxteis algodoeiros. No Rio de Janeiro, em 1910, as maiores firmas algodoeiras eram: Alliança, Confiança Industrial, Progresso Industrial, América Fabril e Carioca (Stein, 1979, p. 110-114). Ademais, a concentração em grandes empresas era vista também no México que, em 1910-1911, possuía 145 fábricas têxteis, mas apenas 9 destas firmas respondiam aproximadamente 50% da produção nacional de tecidos, concentradas no Estado de Veracruz e Puebla (King, 2003, p. 257-265).

combustíveis (-35%), bens de capital para a indústria (-78%) e bens de consumo (-55%) (Villela e Suzigan, 1973, p. 128).

Na seara financeira, a guerra também gerou problemas de grande monta. O banco União de São Paulo, que desde 1906 circunscrevera suas atividades à condução de seus ativos industriais, sofria também no contexto da crise que se abateu de forma concomitante sobre o setor bancário paulista, com a evasão de capitais estrangeiros em retorno à Europa e Estados Unidos, movimento que levou a uma crise de liquidez, evidenciada pela falta de cambiais que culminou com o fechamento da Caixa de Conversão em 1914. Neste cenário, tornava-se mais complicado atender à demanda por capital de giro à manutenção dos negócios da Fábrica Votorantim (Saes, 1986, p. 107; Marcovitch, 2009a, p. 235).

A crescente demanda por capitais vinda da Fábrica Votorantim, uma das maiores firmas algodoeiras paulistas no período, coadunava-se à conjuntura positiva do setor têxtil durante o interregno 1914-1918, tanto no mercado paulista quanto nacionalmente. Baseadas nos elevados investimentos em teares e fusos feitos antes da I Guerra Mundial, e tendo uma importante queda nas importações de tecidos de algodão – dada tanto pelas dificuldades no comércio marítimo quanto pelo câmbio desvalorizado – as firmas têxteis nacionais tiveram uma reserva do mercado interno que impulsionou a produção de tecidos de algodão, gerando um cenário favorável que, no caso paulista, permitiu às grandes empresas manter sua posição dominante no ramo (Stein, 1979, p. 116; Suzigan, 2000, p. 157-158; Cano, 1981, p. 175)<sup>25</sup>.

Tabela 3: As maiores empresas de tecidos de algodão do Estado de São Paulo em dezembro de 1916, segundo o volume do capital investido

Nome da firma (Proprietário)	Local	Capital (em libras esterlinas)	Operários	Teares	Fusos
Cotonifício Rodolpho Crespi	Capital	603.753	2.000	700	20.000
Fábrica Votorantim (Pereira Ignácio & Cia.)	Sorocaba	502.625	1.400	1.109	36.000
Fiação, Tecelagem e	Capital	276.443	1.000	650	18.000

-

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> A produção nacional de tecidos de algodão em 1919 era 47% maior do que em 1912, sendo que 75% do consumo nacional de tecidos de algodão eram abastecidos por firmas nacionais que, inclusive teriam exportado para Argentina e Uruguai. Em relação ao Estado de São Paulo, as firmas algodoeiras, que haviam produzido 83 milhões de metros de tecidos em 1913, aumentaram esta cifra para 147 milhões de metros em 1918 e, no ano seguinte, para 175 milhões de metros de tecidos; ao passo que, as importações de tecidos de algodão através do Porto de Santos caíram 62% nos anos da I Guerra Mundial (Suzigan, 2000, p. 154; Stein, 1979, p. 116; Cano, 1981, p. 293; Dean, 1971, p. 98).

Estamparia Ypiranga (Nami-Jafet & Irmãos)					
Mariangela (Indústrias					
Reunidas Francisco					
Matarazzo)	Capital	226.181	1.900	1.465	40.000
Fábrica de Tecidos São					
Martinho	Tatuí	178.180	476	401	6.724
Total do Setor					
Algodoeiro (44 firmas)	-	4.444.109	21.216	13.882	712.075

Fonte: Boletim, ago-set. 1918, p. 387.

Analisando a tabela 3, vemos que, em relação à amostra de empresas de 1910 (tabela 2), eram quase que as mesmas grandes firmas a controlar o setor têxtil paulista – incluindo-se agora as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo no lugar da Companhia Industrial de São Paulo – e com uma participação no setor semelhante ao período anterior: agora elas detinham 40% do capital do ramo, 32% dos operários, 31% dos teares e 17% dos fusos – em 1910 as cinco maiores firmas possuíam 37% dos fusos. Ademais, o capital empregado no ramo algodoeiro tinha aumentado 41%, elevação expressa pela ampliação da capacidade produtiva, pois em 1916, o número de teares e operários havia quase duplicado e os fusos haviam triplicado frente ao ano de 1910.

De outra parte, notamos que a solução encontrada pelo Banco União, em dificuldades financeiras, foi arrendar a condução da Fábrica Votorantim, em 1914, a um terceiro com capitais e experiência no setor algodoeiro, o empresário português Antonio Pereira Ignácio, que na tabela 3 aparece como proprietário da Votorantim<sup>26</sup>. Pereira Ignácio & Cia. era a reunião das várias unidades descaroçadoras de algodão que o empresário português possuía — na cidade paulista de Tietê, Laranjal Paulista, Itu, Conchas, Botucatu, Bofete —, extraindo delas o óleo e a pluma de algodão, o que fizera dele o principal fornecedor da Fábrica Votorantim (Carone, 2001, p. 94).

Para ele, o arrendamento mostrava-se uma ótima oportunidade de integração vertical de seus investimentos, uma vez que, Pereira Ignácio controlaria o fornecimento da matéria-prima (algodão) e a fabricação dos tecidos de algodão, integrando os elos da

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Antonio Pereira Ignacio saiu de Portugal em 1884 e migrou para a região de Sorocaba aos 10 anos de idade. Filho de um sapateiro, ele completou seus estudos ginasiais e foi trabalhar na firma de importação de tecidos de João Reinaldo de Faria, na cidade do Rio de Janeiro. A experiência na casa importadora lhe proporcionou a acumulação de um capital inicial que foi investido posteriormente, na década de 1890, na formação de armazéns de secos e molhados no interior de São Paulo. Entre 1901 e 1904, ele abriu três firmas que descaroçavam a fibra de algodão na região de Sorocaba. Recorrendo aos capitais do antigo patrão e aos contatos adquiridos em uma estadia nos Estados Unidos trabalhando em uma indústria têxtil no Alabama, Antonio formou a Fábrica de Óleos Santa Helena em 1905, na cidade de Sorocaba, com máquinas estadunidenses (Dean, 1971, p. 60-61; Caldeira, 2007, p. 11-14).

cadeia têxtil<sup>27</sup>. Aliás, tratava-se a Fábrica Votorantim da segunda maior firma têxtil paulista, com uma importante gama de recursos produtivos – fornecimento de energia próprio, ferrovia particular – que lhe proporcionavam relevantes vantagens competitivas no setor em que Pereira Ignácio possuía outras duas firmas de tecelagem<sup>28</sup>. Ademais, a Fábrica Votorantim apresentava-se como uma firma em evolução no período 1910-1916 – como demonstra a comparação da tabela 2 e 3 –, pois no interregno ela aumentou seu capital em 48% e contratou mais operários, mantendo-se o número de teares e fusos. Por tudo isso, se de fato havia uma crise no setor financeiro nacional que afetava o Banco União, ou mesmo problemas no ramo algodoeiro, estas adversidades não parecem ter atingido o cotidiano da Fábrica Votorantim em um primeiro momento<sup>29</sup>.

Todavia, o cenário adverso ao banco se espraiou à sua unidade têxtil quando um incêndio atingiu as instalações da Fábrica Votorantim, descrito em 26 de fevereiro pelo jornal sorocabano O Cruzeiro do Sul<sup>30</sup>. Os prejuízos do incêndio chegaram a 1.000 contos de réis (53.450 libras esterlinas) – apenas 24% deste valor seriam restituídos pelo seguro – e foram um duro golpe em seu já debilitado mantenedor, o banco União de São Paulo, que devido às tribulações financeiras se encontrava em débito com os

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Segundo Chandler (1998, p. 332) "[...] quanto mais concentradas as unidades de produção e quanto mais concentradas as fontes de suprimento, maior a probabilidade de integração das duas numa só empresa".

Dentre as 46 empresas têxteis algodoeiras do Estado de São Paulo em dezembro de 1917, o português consta como proprietário da fábrica Lusitânia, localizada na cidade de São Paulo, com capital de 73.173 libras esterlinas, 900 operários, 378 teares e 11.380 fusos; além desta, ele era proprietário da fábrica Lucinda (antiga São Bernardo Fabril), localizada em São Bernardo, com capital de 65.262 libras, 635 operários, 377 teares e 14.432 fusos (BOLETIM, mar-abr., 1919, p. 120).

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Em 1916, no Estado de São Paulo as seguintes firmas têxteis algodoeiras tiveram suas atividades suspensas (em parênteses o local da fábrica e o capital da empresa): São Bernardo Fabril (São Bernardo-SP, 175.918 libras esterlinas), Companhia Fabril Paulistana (Capital, 100.525 libras), J. Brenha & C. (São Roque-SP, 30.157 libras), Cia. Nacional de Tecelagem (Capital, 15.078 libras) e Santa Irinéa (Capital, 10.052 libras). E, em 1917, a Fábrica Arethusina (Piracicaba-SP, 53.450 libras) e a J. Brenha & C. (São Roque-SP, 53.450 libras) (BOLETIM, ago-set. 1918, p. 387; mar-abr, 1919, p. 120).

<sup>30 &</sup>quot;Arde um deposito de algodão da Fabrica de Tecidos de Votorantim. Os prejuizos aproximam-se de mil contos de reis. O incendio começou as 18h45min só foi contido de madrugada quando o corpo de bombeiros chegou. A fabrica de tecidos Votorantim pertence ao Banco União de São Paulo é um dos estabelecimentos industriaes de maior importância do Estado. Possue cerca de 1200 teares e neles trabalham calculadamente 3 mil operarios. No deposito existiam 3200 fardos de algodão, muitas barricas de soda caustica e potassa, grande quantidade de farinha de trigo; enumeras botijas de ácido para preparação de tinta etc. O fogo tomou proporções assustadoras. A população de Votorantim, composta em quasi sua totalidade de operarios affluiu ao logar do incêndio rapidamente tentando dominar as chamas, luctando com grande dificuldade por falta de numero suficiente de mangueiras e aparelhos extinctores de incendio no deposito. Do inquerito aberto ficou constatado que o incendio não foi proposital, sendo o mesmo atribuido a alguma fagulha desprendida por uma locomotiva fagulha esta que penetrou por abertura situada na parte superior do barração. Os prejuizos subiram a quase 1000 contos de réis, estando o deposito de algodão da referida fábrica de tecidos seguro em 240 contos de réis" (Jornal O Cruzeiro do Sul

http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=204&Itemid=76&limit=1&limitstart =4). Acesso em: 03 Mar. 2015.

funcionários da fábrica, que decidiram paralisar as atividades em junho de 1917, em meio ao movimento da Greve Geral (Jornal O Cruzeiro do Sul, 17 jul. 1917, p. 01 *apud* Dessotti, 2006)<sup>31</sup>.

Tabela 4: Balanço da Fábrica Votorantim em 31 de janeiro de 1918

ATIVO (em libras esterlinas)		PASSIVO (em libras esterlinas)		
Banco União de São Paulo (conta		Banco União de São Paulo (conta		
de penhor)	56.875	de arrendamento)	22.641	
Arrendamento da Fábrica	30.008	Garantias diversas	57.958	
Mercadorias em penhor	57.958	Serviços médicos	54	
Almoxarifado	59.583	Letras a pagar	40.191	
Maquinismos	758	Folha de pagamento	5.037	
Móveis e utensílios	108	Lucros e perdas	55.683	
Construções	487	Contas correntes (credores)	105.679	
Selos de consumo	216			
Combustível	108			
Caixa de Votorantim	1.300			
Algodão	24.916			
Letras a receber	7.583			
Sinistros a liquidar	27.191			
Contas correntes (devedores)	20.041			
Total Ativo	287.132	Total Passivo	287.243	

Fonte: Safv, 1918-1919, p. 3-5.

Obs: a discordância entre os números do Ativo e do Passivo se deve ao arredondamento dos valores das referidas contas.

No ano de 1917, a administração da Fábrica Votorantim ficou a cargo de Antonio Pereira Ignácio, que arrendara a unidade têxtil junto ao banco União de São Paulo e conseguiu reabrí-la ainda em julho daquele ano, junto com o empresário Nicolau Scarpa que, somados, detinham 93% dos valores que a Fábrica Votorantim devia aos seus credores em conta corrente<sup>32</sup>. Conforme a tabela 4 acima, que demonstra o resultado financeiro da Fábrica Votorantim do ano de 1917, no lado do *ativo*, nota-se que a maioria dos ativos da Fábrica Votorantim encontrava-se imobilizada, uma vez que 61% dos valores eram representados pela soma das contas *Banco União de São Paulo* (conta de penhor), *Mercadorias em penhor* e *Almoxarifado*; enquanto que, os *Devedores em* 

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> A Greve Geral atingiu importantes firmas têxteis algodoeiras paulistas, como a maior destas empresas, o Cotonifício Crespi, que contava 1.305 operários, dos quais 400 decidiram entrar em greve em junho de 1917 ao ver negado o pedido de reajuste salarial entre 15% e 20%, além da negativa dos patrões em abolir a extensão da carga horária noturna (Biondi, 2009, p. 263-306).

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> A bibliografia (Dessotti, 2006; Caldeira, 2007; Marcovitch, 2009a) aponta que o empresário italiano Nicolau Scarpa, através da firma Francisco Scarpa & Filho, também seria arrendatário da Fábrica Votorantim. Porém, no primeiro balanço financeiro exposto no Livro Diário da Fábrica Votorantim referente a 17 de janeiro de 1918, consta nos débitos e créditos apenas o nome da firma Pereira Ignácio & Cia., o que nos permite afirmar que quem de fato comandava os negócios da empresa era Antonio Pereira Ignácio, auxiliado por Nicolau Scarpa.

Conta Corrente e as Letras a Receber significavam apenas 10% do ativo, a demonstrar que os valores a receber de terceiros pelo arrendatário não eram tão elevados<sup>33</sup>.

De outra parte, vemos que a conta *Lucros e Perdas* respondia por 20% do *passivo* da firma em 1917, valor relevante e que representava 10% do capital declarado pela Votorantim em 1916 (tabela 3). Porém, se do Passivo excluirmos a conta *Garantias Diversas* que tinha seu valor correspondente na conta *Mercadorias em Penhor* (Ativo), constatamos que a situação financeira da fábrica têxtil sorocabana não era tão solvente, pois a soma das contas *Letras a Pagar* e *Credores em Conta Corrente* alcançava 64% dos passivos, ou seja, cifra cinco vezes maior do que os valores que a empresa tinha a receber. Ademais, a situação era ainda desfavorável ao arrendatário, pois do valor total dos Credores em Conta Corrente, a Pereira Ignácio & Cia. tinha 86.450 libras esterlinas para serem quitadas pela Fábrica Votorantim, o equivalente a 78% dos débitos<sup>34</sup>.

Ao final de 1917, de um lado havia o Banco União de São Paulo atravessando sérias dificuldades financeiras, mas ainda detentor de uma das maiores fábricas têxteis de São Paulo, além de outros ativos<sup>35</sup>. De outra parte, os empresários Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa eram os principais credores da Votorantim e com interesses no setor têxtil paulista<sup>36</sup>. A solução deste impasse ocorreu em sete de janeiro de 1918, quando um leilão na cidade de São Paulo marcou a falência do banco União de São Paulo e a

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Nas Contas Correntes da Fábrica Votorantim apareciam os seguintes devedores (valores a pagar em libras esterlinas): Byington & Cia. (162); Joaquim Soares Fernandes (108); Elias Domingos & Cia. (433); Sampaio Moreira, Filho & Cia. (1.245); Martins Costa & Cia. (4.604); Assad Abdala & Nagib Salem (162); João Reynaldo Coutinho & Cia. (108); Fernando Costa & Cia. (108); Nami Jafet & Irmãos (6.662); Araújo Costa & Cia. (866); J. Moreira & Cia. (108); Affonso Viseu & Cia. (1.408); Massa Falida do Banco União (3.575).

Nas Contas Correntes da Fábrica Votorantim apareciam os seguintes credores (valores a receber em libras esterlinas): Continental Products & C. (54); Henry Rogers, Sons & Cia. (487); Societé Financiére e Commerciale Franco Brésilienne (54); Schill & Cia. (54); Francisco Gagliardi (54); E. Vella (1.354); Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo (433); Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (487); Francisco Scarpa & Filho (11.266); Naegeli & Cia. (920); Pereira Ignácio & Cia. (86.450); Carlo Crespi & Cia. (1.300); Pires Fontoura & Cia. (54); Richard Wichello & Cia. (108); Wilson, Sons & Cia. (108); Dr. Fred Gifford (108); Lidgerwood Limited (162); Antonio Ciamero (108); Siesel Brothers (1.029); J. Monteiro & Cia. (108); Eduardo Horn (54); Companhia General Electric (54).

S As causas que levaram o banco União de São Paulo à condição falimentar são incertas. Marcovitch

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> As causas que levaram o banco União de São Paulo à condição falimentar são incertas. Marcovitch (2009, p. 138-139) indica que o banco teria se alavancado em excesso com a execução de projetos imobiliários e industriais que se mostraram frustrados, em virtude do desconhecimento de seus diretores sobre estas obras.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Nicolau trabalhava em conjunto com seu pai Francisco na F. Scarpa & Filho, casa importadora de gêneros diversos, que tinha um armazém dentro das instalações da Fábrica Votorantim para atender os funcionários da firma sorocabana. Ademais, também atuava no descaroçamento de algodão na região de Sorocaba (Carone, 2001, p. 188; Lloyd et. al, 1913, p. 651).

arrematação de seu espólio por Pereira Ignácio, Nicolau Scarpa e outros participantes minoritários pelo valor de 5 mil contos de réis (270.830 libras esterlinas)<sup>37</sup>.

Tabela 5: Descrição dos bens arrematados no leilão do banco União de São Paulo em 07 de janeiro de 1918 — valores em libras esterlinas

cm v/ uc janciio uc 1/10 – valores em noras ester	Valor de
	Arrematação (em
Composição dos bens	libras esterlinas)
Fábrica, seu terreno, edifício, maquinismos, acessórios, pertences e	
sobressalentes; e mais a Via Férrea compreendendo todas as suas	
estações, material fixo e rodante	89.375
Terreno na cidade de São Paulo (bairro de Santo Amaro), terreno na	
cidade de São Bernardo; a Fazenda Itupararanga (Sorocaba-SP) com	
seus fornos para a fabricação de cal e inclusive a fazenda Lagoa que	
dela é dependência	5.145
Fazenda São Francisco (Sorocaba-SP); terreno na cidade de São Paulo	
(Alameda Barão do Rio Branco nº 120)	5.416
Parte da fazenda Água Sumida (Ribeirão Bonito-SP); um terreno no	
bairro do Jabaquara (São Paulo-SP); 34 lotes de terrenos em Curitiba-	
PR; um terreno no distrito de Bom Sucesso (Paraná); 3 ilhas em	
Paranaguá-PR;	5.525
Direitos sobre as dívidas ativas do Banco União	126.479
Mercadorias, móveis e objetos dados como garantia de penhor mercantil	
em favor de Pereira Ignácio & Cia.	5.145
1 milhão de metros de pano dados em penhor mercantil em favo do	
Banco do Comércio e Indústria de São Paulo para garantia de um	
crédito em conta corrente	5.416
Objetos e utensílios do escritório do Banco União de São Paulo na	
cidade de São Paulo e mais as despesas gerais de incorporação da	
Sociedade, inclusive sisas e transcrição da aquisição dos bens	28.329
Valor total dos bens	270.830

Fonte: Safv, 1918-1919, p. 1-2.

O Banco União de São Paulo usou o valor levantado no leilão para quitar seus débitos junto aos credores, principalmente com seus debenturistas; o banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo; a firma Francisco Scarpa & Filho; e a Pereira Ignácio & Cia.<sup>38</sup>. Já os adquirentes do espólio valeram-se das dificuldades financeiras daquela instituição para obter bens e direitos sobre uma vasta gama de

2

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Os outros compradores minoritários do espólio do banco União de São Paulo foram: José de Cunto e João Cancio Pereira que moravam em São Paulo-SP; João Soares Hungria que morava em Itapetininga-SP; Domingos Piccirillo, Roque de Cunto, José Ventura Fernandes da Silva e Raphael de Cunto que moravam em Sorocaba-SP (Escritura, 1918, p. 1-2).

No processo de rateio dos valores levantados no leilão, conduzido pelo liquidatário Nicolau Scarpa, os valores se dividiram da seguinte forma (em libras esterlinas): garantias aos debenturistas por hipoteca inscrita (89.375 libras), garantia hipotecária em favor do banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo (5.145 libras), garantia hipotecária em favor de Francisco Scarpa & Filho e que apenas dava para o pagamento da primeira hipoteca (5.416 libras), penhor instituído em favor do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (5.416 libras), pagamento do penhor de Pereira Ignácio & Cia. (5145 libras). Em março de 1918, havia 46.997 debêntures do banco União de São Paulo em circulação e cada um destes títulos dava o direito de receber Rs. 36\$081 (1,95 libras esterlinas) a ser pago no dia 1º de abril de 1918 (SÃO PAULO, 24/03/1918, p. 1923).

recursos produtivos por um valor que pode ser considerado subestimado. Julgando que, há aproximadamente um ano, em dezembro de 1916, somente o capital da Fábrica Votorantim era de 502 mil libras; Pereira Ignácio, Scarpa e os outros compradores despenderam 54% deste valor para arrematar a fábrica, sua ferrovia e os demais bens pertencentes ao banco<sup>39</sup>.

Analisando a escritura de constituição da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, documento que descreve detalhadamente os bens leiloados em janeiro de 1918 pelo Banco União, vemos que a Fábrica Votorantim em Sorocaba-SP ocupava uma área de 1.070.000 metros quadrados, onde se encontravam fusos, teares, motores elétricos, turbinas e outras máquinas – na maioria importada – que se dividiam entre as seções de tecelagem, fiação, estamparia, acabamento, descaroçamento, oficinas, tinturaria, fundição e de caldeiras, além do depósito de algodão. A Estrada de Ferro Votorantim, cuja concessão foi feita pela Câmara Municipal sorocabana, atravessava a fábrica e tinha o total de 20 quilômetros de extensão, com três estações (Votorantim, Itupararanga e Sorocaba) em que circulavam 7 vagões para passageiros e 13 vagões de carga, além de 21 caixões. O terreno em Santo Amaro, que ficava na cidade de São Paulo e foi comprado pelo Banco União em junho de 1898, tinha área total de 1.177.107 metros quadrados, margeava a linha de bondes da capital e nele possuía olarias. A Fazenda do Itupararanga, na cidade de Sorocaba-SP, tinha nas suas terras jazidas de mármore, pedreiras para a extração e fabricação de cal, em uma área de 13.552.000 metros quadrados (Escritura, 1918, p. 1-13).

Estes ativos se mostrariam de suma importância à retomada dos negócios da Votorantim a partir de 1918, quando a unidade têxtil e os demais ativos adquiridos formariam a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim.

# 4 – Sociedade Anônima Fábrica Votorantim (1918-1924): o grupo econômico liderado por Antonio Pereira Ignácio

Em 15 de janeiro de 1918, mesmo dia em que se registrou a escritura de aquisição dos bens leiloados pelo Banco União, estes ativos serviram para formar a *Sociedade Anônima Fábrica Votorantim*, com sede na cidade de São Paulo-SP. A duração prevista da empresa seria de trinta anos e a finalidade era: 1) indústria de fiação, tecelagem e

\_

de São Paulo.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Segundo Marcovitch (2009a, p. 235), o patrimônio do Banco União de São Paulo valeria de fato oito vezes mais do que o alcançado no leilão. Para Penrose (2006, p. 244), a falta de liquidez de uma empresa pode levar a subestimação de seu valor pelo mercado, o que pode ter acontecido no caso do banco União

estamparia de algodão, e outros materiais têxteis na Fábrica Votorantim (Sorocaba-SP), bem como o comércio destes produtos; 2) exploração industrial e comercial das jazidas de calcário nas suas propriedades, as Caieiras de Itupararanga (Sorocaba-SP) e; 3) exploração da Estrada de Ferro Votorantim (Escritura, 1918, p. 13-19).

O capital da empresa era de 5 mil contos (270.833 libras esterlinas), já integralizados e divididos em 25.000 ações de valor nominal de 200 mil réis (10,8 libras esterlinas) cada uma, sendo que cada 5 ações dava direito a um voto nas assembleias gerais. A sociedade seria administrada por dois diretores — Antonio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa — que receberiam para a função 2 contos de réis (108 libras) cada um, mais 10% sobre o lucro líquido anual (Safv, 1918-1919, p. 5).

Esta composição diretiva da S. A. Fábrica Votorantim não se estendeu por muito tempo. Em 21 de abril de 1918, Francisco Scarpa faleceu em um acidente ferroviário na E. F. Votorantim, fato que agravou as constantes brigas entre Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa, filho de Francisco. No ano seguinte, Scarpa vendeu sua participação acionária na Votorantim para Antonio Pereira Ignácio pelo valor de 2 mil contos de réis (108.333 libras), além de ter ficado a Fábrica de Óleos Santa Helena (Marcovitch, 2009a, p. 236).

Este passo no controle acionário da Votorantim foi complementado por Pereira Ignácio em maio de 1919, quando ele adquiriu a maioria das ações da empresa que estavam nas mãos dos acionistas minoritários (Caldeira, 2007, p. 28). A partir deste momento, Pereira Ignácio concentrou seus negócios no ramo algodoeiro — empresas descaroçadoras de algodão entre Sorocaba e Piracicaba — colocando-os como ativos da Votorantim, em um movimento de integração vertical que lhe permitia controlar do acesso à matéria-prima até a elaboração final dos tecidos (Hobson, 1983, p. 108-109).

Ao mesmo tempo, Antonio, um dos mais ricos empresários paulistas no período, já havia adquirido a Companhia Telefônica Sul Paulista e era também dono da Fábrica de Cimento Rodovalho (Marcovitch, 2009a, p. 234)<sup>40</sup>. Este último investimento era administrado através da Pereira Ignácio & Cia. e, assim como as unidades descaroçadoras de algodão, foi agregado aos ativos da S. A. Fábrica Votorantim, transformando-a em uma estrutura empresarial diversificada que se configurou em grupo econômico, o Grupo Votorantim, como mostra a tabela 6.

lançando no mercado os produtos com as marcas "Lage", "Torquês" e "Meia Lua".

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Criada em 1892 pelo comendador Antonio Proost Rodovalho, a Fábrica de Cimento Rodovalho estava instalada nas terras da Fazenda Santo Antonio, próximo à Sorocaba e São Roque, onde existiam reservas de calcário. No começo do século XX, a fábrica foi comprada por Antonio Pereira Ignacio. A Usina Rodovalho funcionou até 1904, produzindo o cimento "Santo Antonio". Retornou à atividade em 1907,

Tabela 6: Empresas componentes da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, 1918-1924

Nome da empresa	Ano de criação	Cidade	Produção/Finalidade
Fábrica Votorantim	1892	Votorantim (SP)	tecidos de algodão
Fábrica Rodovalho	1892	São Roque (SP)	cimento
Caieiras de Itupararanga	Desconhecido	Sorocaba (SP)	cal
Estrada de Ferro Elétrica			
Votorantim	1893	Sorocaba (SP)	transporte

Fonte: São Paulo, 30/06/1922, p. 1922; 15/02/1923, p. 1923; 14/02/1925.

O setor têxtil nacional viveria entre o fim da I Guerra Mundial até 1925 uma nova onda de investimentos que se traduziu na aquisição intensa de maquinário importado, calcada nos lucros acumulados durante a guerra e na desorganização econômica dos países europeus após o conflito, visto que a chegada de tecidos de algodão importados só cresceria de maneira mais robusta após 1925. Neste cenário de menor concorrência com produtos estrangeiros, as fábricas têxteis nacionais importaram dez vezes mais maquinário entre 1921-1926, comparado ao período 1914-1920, podendo modernizar suas unidades produtivas e, no caso do setor têxtil paulista, aumentar seus níveis de produção (Suzigan, 2000, p. 159; Stein, 1979, p. 117-120)<sup>41</sup>.

O Grupo Votorantim também executou um processo de modernização de seus investimentos no início dos anos 1920, período em que Antonio Pereira Ignácio era seu diretor-presidente<sup>42</sup>. Para a Fábrica Votorantim (unidade têxtil) foram importadas máquinas, ampliadas as dependências da fábrica e feitos aprimoramentos técnicos que permitiam aumentar a produção em 26% e, ao mesmo tempo, poupar 20% de mão-deobra. Estas melhorias possibilitaram à fábrica sorocabana expandir sua produção, que no ano de 1918 foi de 12.921.635 metros de tecidos de algodão, e passou para 24.023.622 metros em 1923 (SAFV, 1923, p. 2-3).

Em relação à Estrada de Ferro Votorantim, que interligava a fábrica têxtil até Sorocaba, ela teve sua bitola alargada e foi eletrificada, no dia 04 de fevereiro de 1922, mesma data em que foram inauguradas as estações de Paula Souza (Sorocaba-SP) e

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> A produção nacional de tecidos de algodão em 1920 foi de 587.182.000 metros de tecido, número que regrediu para 535.909.000 metros em 1925. No Estado de São Paulo, por sua vez, a produção de tecidos de algodão, que foi de 186.500.000 metros de tecido em 1920, atingiu a marca de 205.900.000 metros em 1925 (Cano, 1981, p. 292; Stein, 1979, p. 192).

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Em fevereiro de 1924, Antonio Pereira Ignácio controlava 99,44% das 25.000 ações do Grupo Votorantim, com 12.500 ações em seu nome e mais 12.360 ações em nome de sua firma Pereira Ignácio & Cia; os outros acionistas eram: Paulo Pereira Ignácio (diretor-tesoureiro), Zeferino de Freitas Guimarães (diretor-gerente), Antonio Oliveira Penteado (diretor-comercial), A. de Carvalho e Silva, Jorge Nielsen, Mario Goulart de Faria, sendo que cada um possuía 20 ações (ATA, 1922; SAFV, 1923, p. 13).

Santa Helena, que margeava a Fábrica de Cimento Rodovalho. Tais aprimoramentos resultaram em ganhos substanciais no fluxo de passageiros, mercadorias e operários, fazendo com que a renda da ferrovia, que havia sido de 6.987 libras em 1918, alcançasse a cifra de 11.857 libras em 1923 (SAFV, 1923, p. 5; EFEV, p.1)<sup>43</sup>.

Também as Caieiras de Itupararanga receberam novos investimentos, com a construção de fornos que permitiram dobrar a produção, que foi elevada para 70 mil sacos (de 50 kg) de cal ao mês. Segundo o Relatório da Diretoria do Grupo Votorantim para o ano de 1922, a cal sorocabana tinha boa aceitação no mercado em virtude de ser mais clara, hidráulica e não deixar resíduos (São Paulo, 15/08/1922, p. 5429).

Para efetuar as melhorias, conforme a tabela 7, o Grupo Votorantim valeu-se de duas fontes de financiamentos: os *capitais de terceiros* (que representavam 61% do ativo total) e os *capitais próprios* (que participavam com 39% do ativo total)<sup>44</sup>. Os financiamentos de terceiros tinham como principal fonte os empréstimos hipotecários que totalizavam 90% de tais créditos, sendo que havia também os empréstimos com base na caução de títulos e debêntures. Estes empréstimos calcavam-se no elevado montante do capital da Votorantim que se encontrava *imobilizado* – um valor equivalente a 107% do patrimônio líquido – e que poderia servir como garantia aos empréstimos tomados<sup>45</sup>.

Em relação aos capitais próprios, eles provieram, majoritariamente, da lucratividade da fábrica têxtil – que respondeu por 85% das receitas entre os anos 1921-1924 – sendo que, entre 1921 a 1925, a diretoria do Grupo optou por não distribuir dividendos – que eram levados à conta *lucros suspensos* e se tornavam *reservas* – como forma de capitalizar a empresa e permitir novos investimentos<sup>46</sup>.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Em 1918, o número de passageiros da Estrada de Ferro Votorantim foi de 62.087 pessoas, foram transportadas 69.054 toneladas de mercadorias, além de 40.241 operários. Já em 1923, o número de passageiros chegou a 174.122 pessoas, 948.829 toneladas de mercadorias e 84.212 operários (SAFV, 1923, p. 5).

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> O indicador da porcentagem de *capitais de terceiros* é dado pela razão do passivo circulante dividido pelo ativo total. Já a porcentagem de *capital próprio* é dada pela razão do patrimônio líquido dividido pelo ativo total

pelo ativo total.

45 Marcondes (2014, p. 769) demonstra que o número de empréstimos hipotecários no Estado de São Paulo dobrou nos anos 1920, em relação a 1913, bem como houve aumento no valor das hipotecas.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> As outras fontes de receitas do Grupo Votorantim entre 1921-1924 eram as seguintes: Diversos (9% das receitas, mas não se especifica o que seria este item), Caieiras de Ituparanga (6% das receitas); Fábrica de Cimento Rodovalho (1% das receitas) e Renda de Imóveis (0,7% das receitas) (SÃO PAULO, 30/06/1922, p. 1922; 15/02/1923, p. 1923; 14/02/1925).

Tabela 7: Balanços Patrimoniais da S. A. Fábrica Votorantim, 1922-1924 (em libras esterlinas)

Anos	1922	1923	1924
Ativo Circulante	803.546	931.341	908.375
Caixa	2.070	3.937	2.200
Venda de terrenos	73.860	58.365	68.700
Selos de consumo			50
Devedores diversos	393.780	441.922	258.600
Clientes (Letras a receber)	151.650	165.127	237.825
Caução dos diretores	1.800	1.800	2.000
Estoque de mercadorias e manufaturas nos almoxarifados	176.610	260.190	339.000
Ativo Permanente	575.313	488.294	869.275
Fábrica Votorantim, Caieiras de Itupararanga, Fábrica de Cimento Rodovalho, Estrada de Ferro Elétrica Votorantim, incluindo imoveis, maquinismos, ferramentas, utensílios, etc.	521.640	455.535	813.950
Terrenos diversos e propriedades agrícolas			27.100
Ações e debêntures	50.970	20.767	18.275
Contas a liquidar		11.992	9.950
Ativo Total	1.378.859	1.419.635	1.777.650
Passivo Circulante	842.821	809.998	1.133.175
Empréstimos (hipoteca, caução de títulos e caução de debêntures)	356.700	300.780	
Emissão de debêntures	72.060	46.687	45.850
Diversos credores	125.820	96.210	543.225
Letras a Pagar	111.990	175.140	249.550
Títulos descontados	112.890	125.662	223.375
Seção de terrenos	33.630	40.027	38.850
Serviços médicos			1.250
Porcentagem dos diretores	11.490	12.960	14.975
Salários a pagar	12.480	10.732	14.100
Depósito dos diretores	1.800	1.800	2.000
Patrimônio Líquido	535.948	609.186	644.500
Capital	150.000	112.500	125.000
Reservas	61.260	68.917	287.975
Fundo de gratificação	2.850		
Fundo de depreciação	62.760	70042	96.575
Lucros suspensos	155.910	240.907	
Lucros e perdas	100.650	116.820	134.950
Passivo Total	1.378.769	1.419.184	1.777.675
Indicadores financeiros			
Quociente Cobertura Total	1,636	1,753	1,568
Liquidez Corrente	0,953	1,149	0,801
Quociente Rentabilidade Patrimônio Líquido Quociente Rentabilidade do Ativo	0,48 0,187	0,587 0,252	0,209 0,076
% Capital de Terceiros no Ativo Total	0,107	0,232	0,637
% Capital Próprio no Ativo Total	0,388	0,429	0,362
Imobilização do Capital	1,073	0,801	1,348

Fonte: Para os anos de 1922 e 1924: São Paulo, 15/08/1922, p. 1922; 14/02/1925, p. 1925. Para o ano de 1923: SAFV, 1923. NOTA: Os dados foram extraídos dos Balanços Patrimoniais publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A diferença entre Ativo Total e Passivo Total em alguns anos é devido ao arredondamento dos dados.

Conforme a tabela 7, vemos que, em meio ao seu processo de modernização das instalações, o Grupo Votorantim apresentava nos anos iniciais da década de 1920 uma boa condição de solvência, com um *quociente de cobertura total* de 1,653 no período 1922-1924, indicando que o grupo tinha ativos que possibilitavam quitar suas dívidas no longo prazo. Ademais, a *liquidez corrente* era da ordem de 0,967, a demonstrar que, no curto prazo, a dívida do grupo também exibia condição de solvência<sup>47</sup>.

Os indicadores de rentabilidade do Grupo Votorantim entre 1922-1924 demonstram que os lucros estavam em expansão, pois a *rentabilidade média do patrimônio líquido* foi de 42,5% e a *rentabilidade média do ativo* era de 17% no triênio<sup>48</sup>. Estes números exibem a sincronia entre o crescimento do setor têxtil paulista na primeira metade da década de 1920, momento de reaparelhamento das fábricas algodoeiras e de expansão da produção de tecidos, e a evolução da Fábrica Votorantim, que se tornou a maior firma de tecidos de algodão do Estado de São Paulo – conforme a tabela 8 – representando a unidade sorocabana 8% do capital total do setor algodoeiro paulista, empregando 9% dos operários, possuindo 6,3% dos teares e 7,1% dos fusos.

Tabela 8: As maiores fábricas de tecidos de algodão no Estado de São Paulo segundo o volume do capital investido. 1925

Nome da firma (Proprietário)	Local	Capital, reserva e debêntures (em libras esterlinas)	Operários	Teares	Fusos
Sociedade Anônima Fábrica Votorantim	Sorocaba	372.104	3.400	1.300	47.340
Companhia Nacional de Estamparia	Sorocaba	307.800	1.500	1.167	42.000
São Paulo Alpargatas	Capital	305.235	800	120	5.600
Cotonifício Rodolpho Crespi	Capital	227.618	3.000	1.120	46.000
Companhia Taubaté Industrial	Taubaté	216.460	1.600	780	34.000
Total do Setor Algodoeiro (64 firmas)	-	4.621.411	38.073	20.560	663.254

Fonte: Boletim, abril. 1926, p. 63-67.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> O *quociente de cobertura total* é dado pela razão do ativo total dividido pelo passivo circulante. A *liquidez corrente* é dada pela razão do ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup>O *quociente de rentabilidade do ativo* é dado pela razão da conta lucros e perdas somadas aos lucros suspensos e divididos pelo patrimônio líquido. A lucratividade apresentada pela Votorantim foi maior que, por exemplo, a média do PIB industrial brasileiro, entre 1922-1924, que foi de 10,3%, sendo que a média do PIB Brasil no período – englobando todos os setores de atividade econômica – foi de 5,9% (Abreu, 1989, anexo estatístico).

#### Considerações Finais

O trabalho buscou elucidar a formação do Grupo Votorantim, de suas origens na última década do século XIX até a sua consolidação como a principal firma têxtil algodoeira paulista em 1925. Esta trajetória iniciou-se na cidade de Sorocaba, no ano de 1891, quando o banco União de São Paulo — o maior banco paulista à época — adquiriu terras para formar a Fábrica Têxtil Votorantim. Para viabilizar a produção, o banco também construiu nas adjacências uma pequena central hidrelétrica e uma ferrovia, a Estrada de Ferro Votorantim.

O Banco União, tendo restringido suas atividades à administração dos ativos industriais em 1906, constava como proprietário da Fábrica Votorantim, uma das maiores firmas têxteis algodoeiras de São Paulo na primeira década do século XX. Ao passo que se dava a expansão da Votorantim no setor têxtil, seu controlador enfrentava agruras financeiras que o levaram a arrendar a empresa para o empresário português Antonio Pereira Ignácio em 1914. Com a falência do União de São Paulo em janeiro de 1918, Pereira Ignácio, junto de Nicolau Scarpa e demais acionistas minoritários, arremataram o espólio do banco em que se destacava a Fábrica Votorantim, composta da unidade têxtil, exploração de cal, ferrovia e terrenos em São Paulo e no Paraná.

Em 1919, Pereira Ignácio adquiriu o controle acionário dos diversos empreendimentos que compunham a Fábrica Votorantim e a eles agregou suas unidades descaroçadoras de algodão e a Fábrica de Cimento Rodovalho, formando então o Grupo Votorantim, que atuava no setor têxtil (Fábrica Votorantim em Sorocaba-SP), exploração de cal (Caieiras de Itupararanga em Sorocaba-SP), produção de cimento (Fábrica Rodovalho em São Roque-SP), além de administrar a Estrada de Ferro Votorantim.

Estes diversos empreendimentos passaram por um processo de modernização de suas instalações e materiais – novas máquinas, aprimoramentos técnicos – que contou com duas fontes de financiamento: capitais de terceiros (empréstimos hipotecários) e capitais próprios (reinvestimentos dos lucros através da não distribuição de dividendos). Com esses investimentos, a Fábrica Votorantim, responsável pela maior parte das receitas do Grupo, tornou-se a principal firma têxtil algodoeira de São Paulo em 1925.

A formação do Grupo Votorantim, marcada pela mudança de sua razão social de Fábrica Têxtil Votorantim para Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, demonstra a importância deste grupo econômico ser composto por empreendimentos complementares que permitiam a redução de custos produtivos e possibilitava vantagens competitivas dentro de um setor econômico fortemente oligopolizado. A atuação da Votorantim no setor têxtil paulista, e os lucros gerados nesta que foi sua principal atividade nas décadas iniciais do século XX, seriam de suma importância à guinada que o Grupo daria durante a década de 1930, quando encetaria investimentos em setores industriais de base (ampliaria a produção de cimento, iniciaria a produção de ferro-gusa e produtos químicos) apoiados, em grande medida, no capital originado pela Fábrica Votorantim no setor têxtil, sendo que estes investimentos levariam o Grupo Votorantim à condição de principal grupo econômico privado a atuar no setor industrial brasileiro, dos anos 1970 até hoje.

### Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. (org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALBUQUERQUE, R. H. P. L. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950. São Paulo: Hucitec: 1982.

ALDRIGHI, D. M.; POSTALI, F. A. S. *Business groups in Brazil*. In: COLPAN, A. M.; HIKINO, T.; LINCOLN, J. R. The Oxford Handbook of business groups. Oxford University Press, Oxford, 2010.

ATA. Ata da Assembleia geral extraordinária da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim de 07 de outubro de 1922. São Paulo: Centro de Memória Votorantim.

AURELIANO, L. No limiar da industrialização. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999.

BAER, W. A. *Industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BAER, W. A economia brasileira. São Paulo: Nobel, 2002.

BALANÇOS. *Balanços da Fábrica Têxtil Votorantim*, 1894-1896. In: Livro Diário da Fábrica Votorantim (SAFV) para os anos de 1894-1896. São Paulo: Grande Typographia a Vapor, Centro de Memória do Grupo Votorantim.

BIONDI, L. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Cad. AEL*, v.15, n.27, 2009.

BOLETIM. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. DEIC/SACOP/SP: São Paulo, 1912 a 1926.

BONELLI, R. *As estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90.* Brasília: Ipea, Texto para Discussão 569, jul. 1998.

BRASIL. MINISTERIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Indústria têxtil algodoeira*. São Paulo: Cruzeiro, 1946.

BULMER-THOMAS, V. The economic history of Latin America since independence. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press, 2014.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. T. A. Queiroz, 1981.

CARONE, E. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CHANDLER, A. D. Alfred Chandler: *Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa*. Thomas K. Mc Craw (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALDEIRA, J. Votorantim 90 anos: uma história de trabalho e superação. São Paulo, SP: Mameluco, 2007.

COLPAN, A. M. e HIKINO, T. Foundations of business groups: towards an integrated framework. In: In: COLPAN, A. M.; HIKINO, T.; LINCOLN, J. R. The Oxford Handbook of business groups. Oxford University Press, Oxford, 2010.

DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel, 1971.

DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, SP: Facamp/ Editora da UNESP, 2009.

DESSOTTI, I. C. C. *Trajetória da luta operária em Sorocaba: a greve de 1917*. Histórica (Revista eletrônica do APESP), 2006.

EFEV. Breve histórico da Estrada de Ferro Elétrica Votorantim (EFEV). São Paulo: Centro de Memoria Grupo Votorantim.

ESCRITURA. Escritura de constituição da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim de 15 de janeiro de 1918. São Paulo: Ofício do 8º Tabelião de Notas da Comarca da cidade de São Paulo, Centro de Memória Votorantim.

FAUSTO, B. "Expansão do café política cafeeira" In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1° volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FRANCO, G. H. B. e LAGO, L. A. C. "O processo econômico". In: SCHWARCZ, L. M. A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 491-518, out./dez. 1991.

GONÇALVES, R. Capital financeiro, bancário e industrial no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, (13), p. 179-189, dez. 1999.

GRANOVETTER, M. Business groups and social organization. In: SMELSER, N. J. e SWEDBERG, R. The handbook of economic sociology. Oxfordshire: Princeton University Press, Princeton, 2005.

HANLEY, A. G. Native capital: financial institutions and economic development in Sao Paulo, Brazil, 1850-1920. Stanford, Calif.: Stanford University, 2005.

HOBSON, J. A. A evolução do capitalismo moderno. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IPEADATA. *Taxa de câmbio média mensal da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro (RJ)*. Recuperado de http://www.ipeadata.gov.br/.

KHANNA, T. e YAFEH, Y. Business Groups in Emerging Markets: Paragons or Parasites? *Journal of Economic Literature*, Vol. XLV, p. 331–372, junho 2007.

KING, R. B. *La industria textil fabril em México*, 1900-1910. In: BOLIO, M. T. e VALDEZ, J. M. C. Formación empresarial, fomento industrial y compañías agrícolas en el México del siglo XIX. México: Ciesas, 2003.

LLOYD, R. et. al. *Impressões do Brazil no século vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Plublishing Company, 1913.

LOUREIRO, F. P. Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950). São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARCONDES, R. L. e HANLEY, A. G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). Estud. Econ., São Paulo, v. 40, n. 1, Mar. 2010.

MARCONDES, R. L. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. *Estud. Econ.* [online]. 2014, vol.44, n.4, pp. 749-786.

MARCOVITCH, J. Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil, volume 1. São Paulo: EDUSP, 2009.

MARCOVITCH, J. Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil, volume 2. São Paulo: EDUSP, 2009a.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 2009.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: UNICAMP, 1996.

PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma. Campinas, SP, Edunicamp, 2006.

RIBEIRO, M. A. R. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930). São Paulo, SP: Hucitec: Editora da UNICAMP, 1988.

ROCK, D. *A Argentina de 1914 a 1930*. In: BETHELL, L. História da América Latina: de 1870 a 1930, vol. V. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAES, F. A. M. Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SAFV. Livro Diário da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim (SAFV) para o ano de 1918-1919. São Paulo: Centro de Memória do Grupo Votorantim.

SAFV. Balanço da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim para o ano de 1923. São Paulo: Centro de Memória do Grupo Votorantim.

SANTOS, L. B. Reestruturação, internacionalização e novos territórios de acumulação do Grupo Votorantim. Presidente Prudente, SP: FCT/UNESP, dissertação de mestrado, 2008.

SÃO PAULO. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 1918-1932. Consulta aos balanços contábeis, demonstrações de lucros e perdas, e aos relatórios de diretoria da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim e informações sobre o Banco União de São Paulo.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* São Paulo: Alfa-ômega, 1995.

SILVA, G. P. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897).* Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, tese de doutorado, 2011.

STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira*: origem e desenvolvimento. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000.

TANNURI, L. A. O Encilhamento. São Paulo: Hucitec, 1981.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (org.). Formação Econômica do Brasil. São Paulo, 1977.

VERSIANI, F. R. *Industrialização: a década de 20 e a depressão*. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, volume 14, abr 1984.

VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro: IPRA/INPES, 1973.